Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Ano III nº 64
16/10/98 a 29/10/98
Contribuição R$ 1,00

Pacotão tá chegando

FMI FHC

Folha imagem

FHC prometeu 7,5 milhões de empregos. Ganhou a eleição. Agora vem aí recessão e desemprego

TRAPAÇA!

ESPAÇO ABERTO

À coordenação da campanha e ao companheiro Zé Maria:

"Isto de a gente querer ser, exatamente aquilo que a gente é, ainda vai nos levar além".
Paulo Leminski

Aqueles que sonham e lutam por uma sociedade diferente, que se pautam por princípios caros como a solidariedade, a integridade, a dignidade e que são verdadeiros baluartes de coragem numa luta desigual, devem ser respeitados, admirados e acarinhados quando no meio da guerra deixam de "ganhar" uma batalha. E esta atitude é o reconhecimento por aqueles que, apesar de tudo, não abandonam o compromisso de ajudar construir um país digno de se viver e de levantar, para alguns, "velhas bandeiras".

O PSTU cumpriu um papel extremamente importante nesta eleição, que foi o de levar para milhares de brasileiros a consciência de que a luta de classes existe e que precisa ser enfrentada para ser superada.

Para nós que também queremos ir além, o tempo é mais que senhor da razão. Na continuidade da luta agarramos o sonho até o pescoço e com o coração firme, livres como pássaros, seguimos nosso caminho comprometidos com a vida.

Por onde vocês passaram não ficaram apenas marcas no caminho.

Muitas sementes foram "jogadas" buscando renascer a esperança e fortalecer a luta por uma sociedade justa e feliz.

Por tudo isto e muito mais vocês são imprescindíveis. E neste momento, plenos da esperança socialista e da ternura que nos envolve, queremos dar nossos beijos e abraços repletos de carinho.

Viviani, Dino, Júlia e Margarida,
Santa Catarina

Arlette. Gostei da entrevista com a francesa Arlette; entrevistas deste tipo acabam colaborando para a difusão do projeto internacionalista do PSTU, o que de certa forma nos diferencia integralmente dos demais partidos (tidos por ou) de esquerda -- como queiram. Parabéns pela campanha; o melhor marketing na luta contra o capital. Afinal, como dizia, Lenin: "A verdade é revolucionária".

Abraços,

Gislene Bosnich,
Santo André

Escreva para o Opinião Socialista

Cartas: R. Jorge Tibiriça, 238 – Saúde - 04126-000 - São Paulo - SP

Fax: (011) 549-9699 ou 575-6093 ramal 37

E-mail: jornalopiniao@uol.com.br

Visite nossa home page: pstu.home.ml.org

ASSINE O OPINIÃO SOCIALISTA

Nome completo

Endereço

Cidade | Estado

CEP | Telefone

24 EXEMPLARES
- ☐ 1 parcela de R$ 25,00
- ☐ 2 parcela de R$ 12,50
- ☐ 3 parcela de R$ 8,40
- ☐ Solidária R$ ....

48 EXEMPLARES
- ☐ 1 parcela de R$ 50,00
- ☐ 2 parcela de R$ 25,00
- ☐ 3 parcela de R$ 16,70
- ☐ Solidária R$ ....

Envie cheque nominal ao **PSTU** no valor da sua assinatura total ou parcelada para a Rua Jorge Tibiriça, 238 - Saúde - São Paulo - SP - CEP: 04126-000

IMAGEM DA CAMPANHA

Zulmair Rocha

No início da campanha eleitoral, o PSTU esteve a frente da luta contra o leilão de privatização da Telebrás. Naquele dia 21 de julho, a repressão da polícia militar transformou o centro do Rio de Janeiro numa praça de guerra, no melhor estilo FHC de aprovar suas reformas e as privatizações.

O QUE SE FALOU DO PSTU

"A surpresa da campanha acabou surgindo pela esquerda... A vitalidade do PSTU não se mede em pesquisas, mas em processos na Justiça Eleitoral. Com apenas uma semana na tevê, o partido já foi obrigado a ceder dois programas nacionais e um regional para que o presidente Fernando Henrique Cardoso exerça o direito de resposta contra ofensas a ele dirigidas."

Trechos do Editorial *Contraponto à unanimidade*, do jornalista Ricardo Amaral, no jornal *O Estado de S.Paulo*, em 26/8/98.

"FHC conseguiu um `direito de resposta´ e, claro, não respondeu crítica nenhuma do PSTU. Pior, torceu o discurso para afirmar que foi a própria Justiça Eleitoral que não considerou `verdadeiras´ as críticas."

Trecho da seção *No ar*, do jornalista Nelson de Sá, da *Folha de S.Paulo*, em 26/8/98, durante a semana em que FHC entrou com vários pedidos de direito de resposta no programa do PSTU.

"O charme dos programas reside no formato criativo e no radicalismo explícito. Eles conferem ao PSTU uma autenticidade que falta a alguns partidos que adotaram um discurso muito esdar um público maior."

Trecho de artigo da revista *Isto É*, de 9/9/98, que comenta os programas do PSTU na televisão durante horário eleitoral gratuito.

"O presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, está tranquilo porque sabe que vai ganhar com ampla margem de voto as eleições que ocorrem no próximo dia 4 de outubro. Nem a crise internacional, que se tem manifestado com especial sanha nas bolsas de São Paulo e Rio de Janeiro, nem as repetidas críticas que recebe todos os dias por parte do veterano líder de oposição, Luis Inácio Lula da Silva, endurecem seu semblante. Só há dois momentos por dia na campanha eleitoral, em que some o sorriso do presidente Cardoso, é exatamente durante um minuto e sete segundos que dura, no total, os dois espaços eleitorais gratuitos diários do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), uma organização de tendência trotsquista que aborda seu tempo de TV com uma boa dose de imaginação, sarcasmo e bom humor."

Trecho do artigo *Dardos contra Cardoso*, do jornal espanhol *El Pais*, em 29/9/98, dedicado a comentar a presença do PSTU nas eleições.

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. CGC 73282.907/000-64 Atividade principal 61.81. Endereço: Rua Jorge Tibiriçá, 238 - bairro Saúde - São Paulo-SP-CEP 04126-000. Impressão: Artgraf

CONSELHO EDITORIAL
Martiniano Cavalcanti, Júnia Gouveia, José Maria de Almeida, Valério Arcary e Carlos Bauer

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

EQUIPE DE EDIÇÃO
Bernardo Cerdeira, Fernando Silva

EDITORIAL

Vamos dar o troco na luta!

O terrorismo do governo, dos partidos políticos burgueses, dos grandes meios de comunicação, conseguiu seu objetivo imediato: eleger FHC no primeiro turno. Foi sem dúvida uma vitória da burguesia brasileira e principalmente do FMI, das multinacionais e dos governos imperialistas que têm enormes interesses no Brasil a começar pela dívida externa do país com os grandes bancos internacionais.

Quando falamos em terrorismo, estamos nos referindo à campanha sistemática para aterrorizar os trabalhadores com a ameaça da crise econômica internacional, a volta da inflação, o aumento do desemprego e outros desastres, que só poderiam ser "evitados" se FHC fosse reeleito. Junto com o golpe da aprovação do direito à reeleição, com a lei eleitoral ditatorial, com a manipulação das pesquisas eleitorais e dos meios de comunicação, a idéia de que FHC seria o melhor piloto para dirigir o Brasil durante a tempestade da crise econômica, foi um elemento central da verdadeira **fraude** eleitoral promovida por FHC e sua corja de políticos burgueses.

Na verdade é óbvio, até mesmo para analistas burgueses, que a política econômica de FHC em si, iniciou a crise econômica do país. Além disso deixou o Brasil tão vulnerável e instável diante dos capitais especulativos internacionais e nacionais que está preparando um desastre de proporções incalculáveis. A perda de mais de US$ 30 bilhões das reservas internacionais em menos de dois meses é apenas o princípio.

FHC já fechou as linhas gerais do acordo que submete o Brasil ao controle do FMI. O pacotão que será anunciado será sem dúvida um dos mais violentos contra a classe trabalhadora que esse país já viu. Nesse terreno os trabalhadores não podem vacilar porque os danos podem ser fatais para a integridade da nossa classe. Uma derrota eleitoral como a que se deu na recente eleição é importante, mas as eleições burguesas não são o terreno ideal para a ação dos trabalhadores porque são totalmente controladas pela burguesia.

No entanto, se os trabalhadores são esmagados por um brutal ataque do governo FHC e do FMI, sem desenvolver uma resistência feroz à essa ofensiva, aí sim poderemos ter uma derrota decisiva da classe trabalhadora.

É plenamente possível organizar essa resistência contra o pacotão. Essa é uma tarefa **imediata** de cada sindicato, de cada entidade estudantil, dos sem-terrra, do movimento popular, convergindo para uma ação unificada que envolva as entidades de base, a CUT, o MST, a central de Movimentos Populares, a UNE, a UBES, etc. É preciso começar a denunciar o pacotão, a chamar reuniões de ativistas, assembléias e começar a preparar as mobilizações.

Chamamos a direção do PT e da CUT a dar uma guinada na sua política atual e a encabeçar essa luta. Durante o processo eleitoral, Lula e seus companheiros tiveram como preocupação fundamental costurar acordos com a burguesia "oposicionista" e para isso não hesitaram em fazer uma campanha de oposição errática (que começou levantando uma bandeira branca) ao mesmo tempo em que desestimularam as lutas.

Agora essa política de conciliação seria fatal para os trabalhadores. É hora de dar o troco a FHC. Na luta.

OPINIÃO

No 2º turno: Contra Burguês outra vez!

Mariúcha Fontana,
membro do Comitê Executivo do PSTU

Haverá segundo turno para a eleição de overnadores em 15 estados. Em 12 deles a isputa se dá entre candidatos burgueses. Nesses estados, o **PSTU** se posiciona pelo voto ulo. Pois, a classe trabalhadora não pode sperar nada de gente como Maluf e Covas. odos os dois, com certeza, governarão contra s trabalhadores em benefício dos banqueiros dos grandes empresários. Nesse sentido é imentável a posição do PT de se posicionar ela "neutralidade", com a "liberação" para os iilitantes e dirigentes que quiserem apoiar ovas. Também burgueses de "oposição", como arotinho no Rio de Janeiro, não merecem o oto dos trabalhadores. Basta olhar para o oncorrente de Garotinho – César Maia – ex-DT e hoje PFL.

Então, em 12 estados o **PSTU** neste 2º turno tará dizendo: *Contra Burguês, anule desta vez!*

Em dois estados – Rio Grande do Sul e ato Grosso do Sul — e no Distrito Federal é PT que está na disputa, contra candidatos da ırguesia. Nesses estados o **PSTU** chama o voto nos candidatos do PT. No Rio Grande do Sul, o **PSTU** desde o primeiro turno chamou o voto em Olívio Dutra e também no Mato Grosso do Sul em Zeca do PT. Seguiremos neste segundo turno chamando o voto nesses candidatos, sem abrir mão das críticas e exigências que fazemos em relação ao seu programa, à sua política de alianças, etc.

No Distrito Federal também estamos por chamar o voto em Cristóvam contra Roriz, mas somos absolutamente críticos ao governador do PT que disputa a reeleição. Denunciamos que a política de Cristóvam de aproximação com o PFL, inclusive dispondo-se a fazer um governo com a participação deste partido, sua disposição de pactuar com FHC e de apoio ao candidato do PSDB em Minas e em outros estados, levará Cristóvam mais uma vez a fazer um governo contra os trabalhadores e ainda mais próximo de FHC. Entendemos a aflição dos trabalhadores de Brasília que vêm em Roriz um Maluf do DF e que ainda têm ilusões em Cristóvam por esse ser do PT. Vamos ajudá-los a derrotar Roriz, mas vamos alertá-los que Cristóvam não fará sequer um governo de oposição consequente a FHC.

◆ Votação para Presidente

Candidato	Votação	%*
Fernando Henrique	35.936.918	53,06
Lula	21.475.348	31,71
Ciro Gomes	7.426.235	10,97
Enéas	1.447.076	2,14
Brigadeiro Ivan Frota	251.350	0,37
Sirkis	212.991	0,31
Zé Maria	202.658	0,30
João de Deus	198.927	0,29
Eymael	171.827	0,25
Thereza Ruiz	166.138	0,25
Sergio Bueno	124.571	0,18
Vasco Neto	109.008	0,16

Total de votos apurados :
83.296.085
(78,51% de 106.101.067 eleitores)

Total de votos brancos :
6.688.612
(8,03% de 83.296.085 votos apurados)

Total de votos nulos :
8.884.426
(10,67% de 83.296.085 votos apurados)

Total de votos válidos:
67.723.047
(81,30% de 83.296.085 votos apurados)

Abstenção:
22.798.904
(21,49% de 106.101.067 eleitores)

* *Porcentagem dos votos válidos*
Fonte: TSE

ÚMEROS *Como fica o Congresso Nacional*

Cargo		PFL	PSDB	PMDB	PPB	PT	PTB	PDT	PSB	PCdoB	PPS	Outros
Câmara	Atual	110	95	88	77	50	23	23	14	9	7	17
	Eleitos	107	99	81	60	58	30	25	20	7	3	23
Senado	Atual	24	14	21	7	5	3	4	2	0	1	0
	Eleitos	20	16	27	5	7	0	2	3	0	1	0

"Nossa campanha foi amplamente vitoriosa"

Qual é o significado da vitória de FHC nas urnas? E o voto na oposição? Não expressa um desgaste maior do projeto neoliberal? O PSTU não sai destas eleições com seu projeto questionado ao não eleger nenhum parlamentar? Como encarar daqui em diante o debate estratégico na esquerda brasileira? Estas e outras questões são respondidas nesta entrevista por Zé Maria, que faz assim um primeiro balanço político das eleições de outubro. Zé Maria obteve 202.658 (0,30%) votos para presidente.

Antonio Meneses

Opinião Socialista — Qual o balanço político que você faz desta eleição com a nova vitória de FHC?

Zé Maria — O resultado das eleições expressa uma vitória importante de FHC e de sua base de apoio e, em última instância, uma vitória do imperialismo. O governo, serviçal exemplar dos interesses do capital financeiro internacional, vai sem dúvida utilizar-se dessa vitória para intensificar a aplicação do receituário do FMI. FHC, como já alertava o PSTU durante a campanha, já está preparando um novo pacote.

Mas em que pese a grande vitória que o governo obteve – e é bom que se diga sempre, a custa também de uma brutal manipulação no horário eleitoral gratuito, do apoio maciço da mídia, dos institutos de pesquisa e do uso da máquina oficial —, é preciso observar que não é a mesma situação de 1994. Este será o 5º ano de mandato de FHC, não é um novo governo e o crescimento geral do voto de oposição mostra que há mais descontentamento e experiência acumulada com este governo e seu projeto. Quase metade do país está na oposição.

> **"FHC obteve importante vitória, mas quase metade do país está na oposição"**

Acho que haverá muito mais crise no próximo mandato e crescerá o espaço para resistir ao projeto neoliberal e para construir as condições capazes de derrotar FHC e o neoliberalismo nas lutas e nas ruas.

O.S. – É um fato novo então o crescimento da oposição no país?

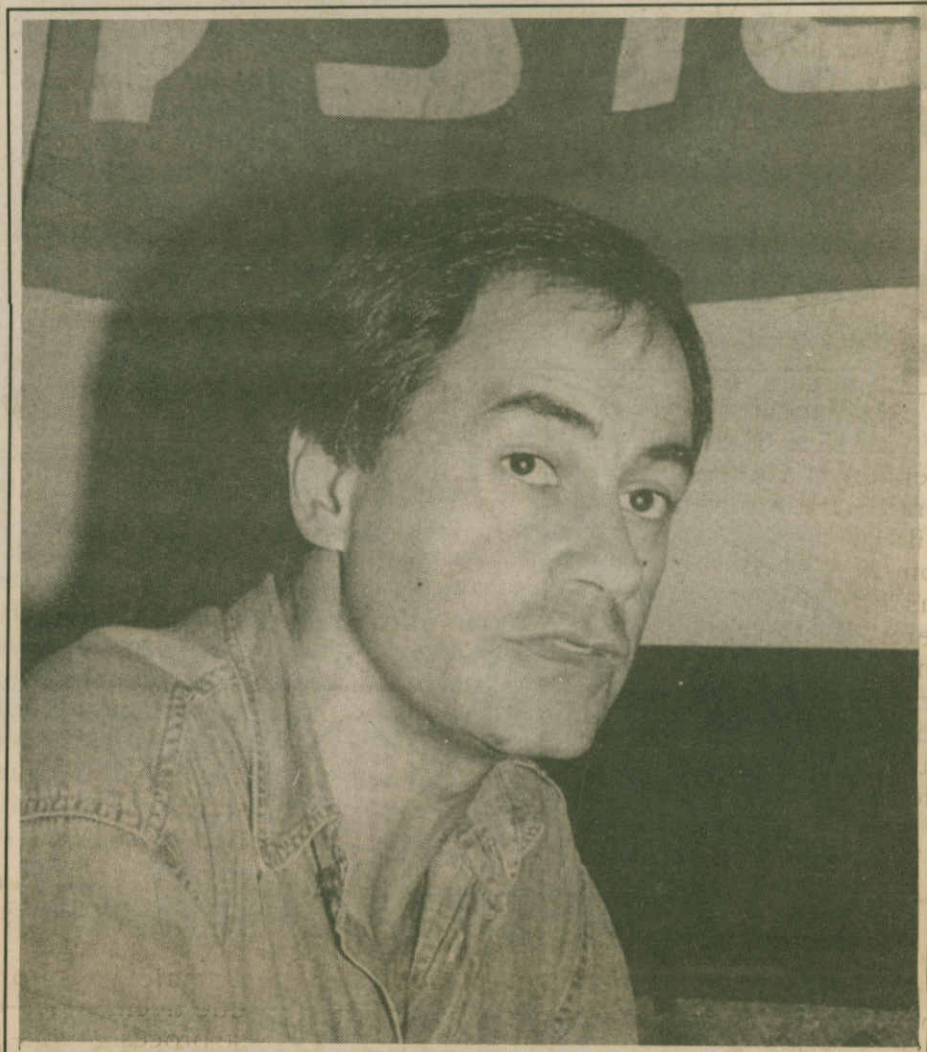
Zé Maria – Sim, mas a situação aí não deixa de ser contraditória. Eleitoralmente a oposição cresceu. Lula teve mais votos que na eleição passada, sem contar a votação de Ciro Gomes que também foi de oposição. Aumentou a bancada da oposição no Congresso Nacional e há a possibilidade de o PT vir a conquistar o governo de estados importantes, como Brasília e Rio Grande do Sul, sem falar também na disputa no Mato Grosso do Sul e do crescimento de Marta Suplicy na reta final do 1º turno em São Paulo.

No entanto, se intensifica ao mesmo tempo o processo de institucionalização dessa oposição, particularmente do PT e do PCdoB, de afastamento das lutas. Isso pode significar o fortalecimento de obstáculos para que esses partidos – e as organizações que dirigem, como a CUT e a UNE – sejam um instrumento para a organização das lutas de resistência contra FHC e seu projeto.

O.S. — Vamos falar do PSTU. Apesar de uma campanha que atraiu muita simpatia e foi até muito comentada na grande imprensa, o partido não elegeu deputados. Não foi uma derrota geral do PSTU todo esse processo eleitoral?

Zé Maria — A campanha do nosso partido visava muito mais do que o resultado eleitoral, que se materializaria na eleição de deputados. Pretendíamos apresentar aos trabalhadores e à juventude brasileira, um projeto anticapitalista de saída para a crise em que o país se encontra, de maneira que fossem os ricos a arcarem com o ônus de toda essa situação. Um programa que apontasse no sentido da superação do capitalismo e da construção do socialismo, sem o que não haverá solução para nenhum dos problemas fundamentais que o nosso povo vive hoje, como o desemprego e a fome.

> **"É preciso construir as condições para derrotar governo FHC nas ruas"**

E mais do que isso, queríamos apontar que o caminho para atingir esses objetivos, para derrotar os banqueiros, os grandes empresários e o latifúndio é o da luta, é o fortalecimento da organização e da mobilização da nossa classe, e não o caminho institucional, das eleições simplesmente. Mas não é somente porque nós queríamos. Apresentar um programa de ruptura e classista era uma necessidade diante do caminho escolhido pela direção do PT, que foi o de buscar como aliados principais, setores da classe dominante e das oligarquias regionais.

O.S. – Desse ponto de vista geral a campanha foi então um êxito?

Zé Maria – Sem a menor dúvida. Acredito que a campanha do partido, levando em consideração esses objetivos centrais, foi amplamente vitoriosa. Inquestionavelmente fortaleceu as possibilidades de construção de uma alternativa socialista e revolucionária no nosso país, e a melhor expressão disso são as centenas de novos militantes que já estão se somando às fileiras da nossa organização. Isso sem falar no reconhecimento e na simpatia que nosso partido construiu nessa campanha. Afirmamos algo novo no campo da esquerda. Esse é o capital político que estamos acumulando para o futuro. E isso é importante porque devemos ter clareza de que estamos no início de uma longa caminhada.

> **"O nosso fraco resultado eleitoral não questiona o projeto socialista do PSTU"**

Mas apesar de tudo isso é necessário reconhecer que o nosso resultado eleitoral foi muito fraco. Tivemos algumas votações expressivas (dentro do que esperávamos nestas eleições) para cargos majoritários em vários estados. Mas, por exemplo, a votação na nossa legenda, ao contrário das eleições municipais de 1996, foi muito fraca e isso liquidou qualquer possibilidade de eleger parlamentares. É só ver a votação do Lindberg Farias, que foi extraordinária, mais de 73 mil votos. Porém, para elegê-lo precisaríamos de mais 85 mil votos na legenda.

O.S. – Como você explica esta contradição entre o impacto político que causou a campanha e o resultado eleitoral do PSTU?

Zé Maria — O resultado eleitoral que obtivemos nas eleições se explica pela situação adversa e contraditória em que vivemos. Por um lado, o agravamento da crise econômica internacional acabou gerando um voto conservador, um fortalecimento eleitoral de FHC, que acabou levando à sua vitória ainda no primeiro turno. De outro lado, houve, nos dias imediatamente anteriores às

Wladimir Souza

Campanha afirmou caminho da mobilização e defesa das reivindicações

eleições, um deslocamento eleitoral para a oposição com o voto útil maciço no PT contra FHC. Ao começar a reagir contra as medidas que FHC já anunciava às vésperas das eleições, uma parcela importante do eleitorado votou nos candidatos da oposição que aos seus olhos fossem "viáveis", ou seja, que pudessem derrotar eleitoralmente FHC ou seus representantes nos estados.

Esses dois fatores se somaram a um outro que evidentemente tem importância: o nosso partido não tem, nem de longe, condições de competir com o monstruoso volume de recursos utilizados neste país (mesmo por alguns candidatos do PT que chegaram até a pagar gente para a boca de urna), para eleger deputados, senadores etc.

> **"Afirmamos algo novo no campo da esquerda: um projeto revolucionário"**

O.S. — Mas este resultado eleitoral não questiona o projeto PSTU, ou seja, o de construir um partido socialista e revolucionário por fora das fronteiras do PT? Você acha que há espaço para isso?

Zé Maria – Na minha opinião, o resultado eleitoral não questiona para nada a viabilidade do nosso projeto. Não estamos construindo um projeto eleitoral, até porque não acreditamos que haja qualquer possibilidade de garantir as mudanças que pretendemos fazer na sociedade através desse caminho. A verdadeira prova de fogo que passaremos será a da nossa atuação. Nos enfrentamentos de massas que virão contra esse governo e esse sistema. Aí sim será a hora da verdade para os partidos que se reivindicam da luta pelo socialismo.

Vamos continuar lutando para ter mandatos parlamentares, porque eles têm a sua importância, inclusive para o fortalecimento do nosso partido, para a maior visibilidade do nosso programa, para a defesa da nossa legalidade, etc. Mas temos consciência de que esse é um objetivo difícil de ser atingido, mais ainda nesse quadro político que vivemos, e considerando que o nosso partido não vai capitular ao vale tudo eleitoral.

O.S. – Mas falando em termos estritamente eleitorais, não teria sido um erro lançar uma candidatura neste campo ao invés de apoiar Lula?

Zé Maria — Acho que lançar nossas candidaturas próprias, começando e principalmente com a de presidente, foi o maior acerto que tivemos nesse processo. Nossas candidaturas e nossa campanha cumpriram um papel político essencial. Como já disse, eram absolutamente necessárias para os trabalhadores e para a juventude brasileira. Porque era preciso que houvessem candidatos que dissessem que era necessário romper com o FMI e parar de pagar as dívidas externa e interna, que era preciso reduzir a jornada sem reduzir salários e direitos, para gerar empregos, que era necessário reestatizar sem indenização as empresas que foram privatizadas, que era necessário expropriar o latifúndio para fazer a reforma agrária, enfim, que era necessário avançarmos para uma nova sociedade, o socialismo, para podermos acabar de vez com a exploração e a opressão.

O tamanho da guinada à direita do PT, com a opção de alianças que adotaram – onde fizeram tudo para descaraterizar completamente qualquer perfil ou referência de classe — e com o programa que apresentaram, praticamente nos colocou a exigência de que assumíssemos esse desafio.

O.S. — A expressiva votação do PT, e em particular de vários representantes dos seus setores mais moderados, está levando muitos analistas políticos a comparar este partido com o perfil da social-democracia européia, a chamada 3ª via. Tudo indica que os setores hegemônicos do PT querem o partido cada vez mais com este perfil moderado de centro-esquerda. Como o PSTU vai encarar este debate na esquerda?

Zé Maria — Nós já estamos vendo as conseqüências do fortalecimento desse projeto, que não chega nem a ser bem social-democrata, agora na disputa do segundo turno. O Cristóvam Buarque está fazendo acordos com o PFL, fazendo campanha para Eduardo Azeredo e Marconi Pirilo – em Minas e Goiás, ambos do PSDB – e não esconde de ninguém que gostaria de ter o apoio de FHC na disputa que trava contra o PMDB em Brasília. Acredito que o resultado eleitoral fortaleceu esse setor dentro do PT. A expressão mais clara disso é São Paulo onde não se reelegeram nenhum dos deputados federais ligados aos setores mais de esquerda (Zica, Grenhalg e o Ivan Valente).

> **"Ao invés de agradecer quero dizer que a briga só está começando"**

Nós queremos retomar e aprofundar, com toda a esquerda socialista do PT, o debate sobre a construção de uma alternativa socialista para o nosso país, tanto no que diz respeito a elaboração programática como no que diz respeito a necessidade de construção de um grande partido socialista e revolucionário no nosso país, que possibilite tornar realidade a luta por esse programa. Queremos discutir isso com toda a esquerda socialista do PT, de outros partidos ou que está sem opção partidária nesse momento.

O.S. — As eleições já passaram e a crise econômica continua muito grave, tanto que estamos as vésperas de um pacote com o aval do FMI? O que para você são as tarefas do movimento a partir de agora?

Zé Maria — Preparar a resistência e a rebelião dos trabalhadores e da juventude brasileira contra as medidas que o governo vai anunciar. Vamos ter que buscar construir uma base de unidade entre a CUT, o MST, a CMP, os partidos de esquerda, etc, para construirmos um plano de mobilização que nos permita impor, pela luta, a derrota que não conseguimos impor ao governo pelas urnas. O PSTU estará, sem dúvida, na linha de frente dessas lutas.

O.S. — Para encerrar queríamos saber qual é a sua mensagem para todos aqueles que de alguma forma ajudaram o PSTU nesta campanha eleitoral. Qual é o seu recado?

Zé Maria — Primeiro eu espero, sinceramente, que todos estejam – como eu estou – com o sentimento de dever cumprido, e gratificados pela conquista política que tivemos, ampliando o espaço para a construção de uma alternativa socialista no nosso país, apesar das imensas dificuldades que enfrentamos, particularmente a falta de recursos, e apesar de não termos eleito nenhum deputado.

Em segundo lugar queria dizer, principalmente àquelas companheiras e àqueles companheiros que não são militantes do nosso partido e que contribuíram conosco de alguma forma: olha gente, ao invés de agradecer, acho melhor dizer a vocês que a briga só está começando. E que precisamos de vocês construindo conosco esse partido, no dia a dia da luta dos trabalhadores e da juventude desse país. Venham para o PSTU. Entrem, que a casa é de vocês!

Sérgio Koei

Vem aí o pacotão

Reuters

Malan anuncia resultado da reunião com FMI

Mariúcha Fontana,
da redação

Nem bem acabava a apuração das urnas, dando a vitória – bem mais suada que a de 1994 – a FHC, o ministro da Fazenda Pedro Malan desembarcava no Brasil trazendo de Washington uma verdadeira carta de intenções negociada com o FMI.

Em troca de uma promessa de "ajuda" de US$ 30 bilhões, o governo FHC se comprometeu a fazer um "ajuste fiscal" da ordem de R$ 25 bilhões, ou seja, conseguir um superávit (descontado o que se gasta com juros) nas contas do governo da ordem de 2,5 a 3,0% do PIB.

FMI exige que "ajuste" de FHC promova cortes na ordem de US$ 25 bi

A carta de intenções traz os seguintes compromissos: *"a) manter o regime cambial vigente; b) manutenção de uma política flexível de juros; c) a não imposição de qualquer controle sobre a saída de capitais; d) o pagamento integral do serviço da dívida externa e interna; e) a continuidade dos esforços em curso com vistas às reformas estruturais da previdência social, do sistema tributário, das instituições e do processo orçamentário, do sistema financeiro, do mercado de trabalho, com a continuidade das privatizações, entre outras."*

Enfim, o pacotão – chamado pelo governo de "medidas de ajuste" – está sendo cozinhado medida a medida e cairá na cabeça dos trabalhadores e do povo trazendo o mesmo sabor de traição que trouxe o Cruzado 2. FHC diz que anunciará as medidas do mesmo no próximo dia 20, mas já tem muita gente do próprio governo, como ACM, dizendo que o anúncio detalhado das medidas virá depois da realização do segundo turno das eleições, que definirão os governadores de inúmeros estados. Afinal, a manipulação e a traição, sob a ótica do governo, precisa ser completa: ele quer eleger governadores afinados com sua política, que banquem o ataque brutal que o pacotão fará às condições de vida da maioria do povo.

A máscara daquele que passou a campanha eleitoral abusando do slogan "quem venceu a inflação, vai vencer também o desemprego" vai cair em grande estilo.

A remuneração e o favorecimento escandaloso dos banqueiros e especuladores com uma taxa de juros da ordem de 49,75% ao ano e o pagamento respectivo das dívidas externa e interna, levará o Brasil a uma recessão brutal e o desemprego, já nas alturas, vai disparar. Até o IBGE, que não afere os reais índices de desemprego do país, prevê um crescimento de 30% no índice atual. Haverá demissão em massa no país e também falência de pequenos produtores e pequenos empresários.

Para não deixar de pagar as dívidas e os juros aos banqueiros e especuladores, o governo vai cortar gastos, mais uma vez, nas áreas sociais. O dinheiro vai sair da Educação, da Saúde, da Reforma Agrária, da habitação popular, da aposentadoria, da demissão e rebaixamento de salários do funcionalismo e de garfadas no bolso da classe média e dos trabalhadores com carteira assinada, que é sobre quem vai recair seu aumento de impostos.

É preciso derrotar FHC e seu pacotão e fazer com que os ricos paguem a conta da crise. Para isso, é preciso retomar o caminho da ação direta, das ruas, da luta.

Medidas que favorecem os ricos

Não estão ainda esmiuçadas todas as medidas do pacotão, o governo provavelmente só vai torná-las conhecidas de conjunto depois do 2º turno. Mas várias delas já estão anunciadas e são evidentes: são medidas contra os trabalhadores e o povo, para transferir mais dinheiro para os banqueiros e agiotas internacionais e nacionais.

Reforma da Previdência. O governo quer concluir e votar no Congresso esta Reforma até o dia 11 de novembro. Além de bater o martelo no fim da aposentadoria por tempo de serviço e instituir desde já a idade mínima também para os atuais trabalhadores da iniciativa privada que requeiram sua aposentadoria (53 anos homens e 48 anos mulheres) — ou seja, fazer com que inúmeros trabalhadores que estão em vias de se aposentar trabalhem 20% a mais de tempo —, o governo quer obrigar os aposentados a contribuírem para a Previdência Social e aumentar a contribuição dos servidores públicos.

Reforma Administrativa. O governo pretende regulamentar essa Reforma, de modo que não só force a demissão de funcionários nos estados e municípios, mas também de forma que milhares sejam colocados em disponibilidade e tenham seus salários rebaixados. Quer, inclusive, instituir um gatilho para o repasse de verbas que a União é obrigada a mandar para estados e municípios, para forçar que os gastos com Saúde, Educação e com o funcionalismo sejam rebaixados. Ou seja, se os gastos ultrapassarem tal gatilho, estas verbas seriam automaticamente cortadas.

Garfada nas verbas sociais. O governo quer cortar gastos no orçamento (descontados, sempre, os juros das dívidas, que consomem de fato mais de 50% do orçamento). Vem aí diminuição de verbas para Saúde, Educação, Reforma Agrária. Mas não é só, o governo quer elevar o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) de 20% para 40%. Esse FEF, que já se chamou Fundo Social de Emergência, é um assalto à mão armada às verbas da Educação e da Saúde que são despesas obrigatórias por lei. Com o FEF o governo pode manejar livremente esse dinheiro. No ano passado ele significou R$ 34 bilhões. Agora o governo quer dobrar essa quantia.

Impostos sobre os trabalhadores e a classe média. No ano passado, quando da crise asiática, FHC já tinha aumentado o Imposto de Renda das pessoas físicas em 10%, prometendo que depois ele voltaria à taxa normal. Agora, não só não voltará, como o governo quer aumentar o CPMF (imposto sobre os cheques) dos 0,2% atuais para 0,30 ou 0,35%.. Tanto o Imposto de Renda (que praticamente só assalariados e setores da classe média pagam), assim como o CPMF são impostos que recaem essencialmente sobre uma parcela da classe trabalhadora e sobre a classe média. Além disso, estuda-se o aumento de impostos indiretos, como o IPI, que também serão jogados nas costas dos consumidores. São impostos regressivos, porque quem ganha menos paga mais.

Recessão à vista. Todo dinheiro que o governo arrecadar e todo dinheiro que ele economizar, tirando dos trabalhadores e do povo, irá para pagar as dívidas externa e interna aos banqueiros e grandes empresários. No rastro dessas medidas vem uma brutal recessão que alguns analistas avaliam que pode chegar a – 3% do PIB. Esta será jogada sobre as costas dos trabalhadores e do povo, já que os banqueiros estarão recebendo seus juros de agiota e os grandes empresários, além de demitir, virão com a chantagem da redução de salários e impostos, de modo a garantir seus lucros.

Pacto? Não!

FHC, depois das eleições e depois de ter ido ao FMI, sabendo do grau de impopularidade que terá seu pacotão, falou em pacto. Mas de fato, por enquanto, isso é só jogo de cena. No momento a política do governo não é pacto e sim o pacotão do FMI e sem concessões.

Mas, ele sabe que não será tão simples ir até o fim em tais medidas e sabe também que, mesmo que ele consiga derrotar os trabalhadores e o povo e cavar até o último centavo dos bilhões que ele quer para remunerar os banqueiros, o seu modelo econômico está no fio da navalha. Saíram do país em 1 mês e meio mais de US$ 30 bilhões, fazendo as reservas baixarem de US$ bilhões 75 para pouco mais de US$ 40 bilhões. Seu plano, então, pode ir para os ares com pacote do FMI e tudo. Ele é insustentável no médio prazo.

Por isso mesmo, já começam a aparecer diferenças na classe dominante sobre o que fazer a médio prazo e algumas rusgas no varejo a curto prazo. O setor financeiro, com Malan à frente, quer manter o modelo até o fim e está à frente do acordo com o FMI. O setor industrial e outros, com José Serra e Mendonça de Barros à frente, querem uma reforma no modelo: uma certa desvalorização do câmbio, um certo controle de capitais. E retomada do crescimento econômico. Mas ninguém quer desvalorização do câmbio já e no que toca aos ataques aos trabalhadores estão unidos.

Portanto, com o agravamento da crise, podem ocorrer atritos e divisões inter-burguesas, que certamente abrirão mais brechas para as lutas dos trabalhadores.

O problema, no entanto, é qual caminho tomarão os trabalhadores e, particularmente, qual caminho tomarão suas entidades e direções majoritárias, como o PT, por exemplo.

Lula e o PT, corretamente, disseram que FHC não quer pacto algum, tanto que ele fechou seu pacote com o FMI. Hoje o que FHC quer é a adesão ao seu projeto e não discussão. Corretamente o PT disse: não tem pacto assim e haverá oposição implacável por parte do PT. No entanto, o PT tem apresentado um programa que em linhas gerais não foge muito das propostas apresentadas por setores do empresariado. Além disso, o PT tem afirmado que quer ser uma saída institucional para a crise, o que implica em priorizar e ampliar as alianças com setores da classe dominante e priorizar, mais uma vez, a ação institucional ao invés da ação direta.

Wladimir Souza

Mobilização é o caminho para derrotar FHC e pacote

Unir a classe para resistir ao pacotão

Mas para derrotar o pacotão de FHC será necessário e urgente construir a mobilização social. E novamente, para que não sejam os trabalhadores mais uma vez a pagarem o preço da crise, é preciso apontar uma saída dos trabalhadores para a crise e não colocá-los à reboque dos interesses do empresariado. Isso pressupõe levantar e defender a bandeira do não pagamento das dívidas externa e interna e jogar pesado na mobilização contra o desemprego, as demissões, em defesa do salário e contra as Reformas de FHC.

A conjuntura próxima coloca, a urgência e a necessidade dos partidos que se reivindicam da classe trabalhadora, sindicatos, movimentos populares e dos estudantes, unirem-se para prepararmos juntos a resistência dos trabalhadores e a derrota de FHC nas ruas.

Autoritarismo à vista

A eleição da reeleição – com o poder econômico mandando, com a manipulação das pesquisas, com o uso descarado da máquina do estado, com o poder e campanha descarada da mídia pelo candidato dos banqueiros, dos grandes empresários e latifundiários – já demonstrou que essa democracia dos ricos é muito pouco democrática.

Mas vem pela frente mais autoritarismo. As medidas duríssimas contra os trabalhadores e o povo que virão com o pacotão serão acompanhadas de mais autoritarismo pelo governo, para tentar impô-las.

A primeira medida autoritária engatilhada é a Reforma Política que o governo quer aprovar no Congresso. Tal Reforma é mais um casuísmo – como foi a instituição da reeleição — para facilitar a vida do governo e aumentar os poderes de FHC. Por isso mesmo, eles querem votá-la em partes, começando pelas partes que mais poder dão ao governo.

Alan Rodrigues

FHC quer também atacar partidos de oposição

FHC e ACM querem colocar ainda este ano em votação a Fidelidade Partidária e a Cláusula de Barreira. A instituição da Fidelidade Partidária, nos moldes que quer o governo, desvinculada da representação proporcional, do financiamento público das campanhas, etc, é uma tentativa de ressuscitar o voto de liderança no Congresso e passar por cima não só do fisiologismo, mas também das crises na base governista.

A cláusula de barreira visa acabar com os pequenos partidos e perpetuar os grandes. O projeto que está sendo estudado nesse ítem é tão draconiano que se ele fosse válido nos tempos finais da ditadura, o PT, por exemplo, não poderia existir hoje. Por esse projeto, apenas os partidos com funcionamento parlamentar – só adquirido por aqueles que tenham 5% dos votos para a Câmara dos Deputados – teriam direito aos recursos do fundo partidário e acesso ao horário gratuito no rádio e na televisão. Além disso, ainda há uma emenda do ex-senador e atual ministro José Serra que quer impedir que os partidos sem funcionamento parlamentar lancem candidatos à Presidência da República. Este projeto, se aprovado, praticamente, coloca na ilegalidade partidos como o **PSTU. (M.F)**

Um projeto socialista se afirma

O **PSTU** encarou com força o necessário desafio de lançar uma candidatura a presidente que mantivesse a bandeira do classismo, do programa anticapitalista e do socialismo em pé, já que os setores hegemônicos do PT decidiram abandoná-la em troca da busca da identidade de centro-esquerda. Com isso, a campanha do **PSTU** causou grande impacto político, simpatia, foi uma referência para milhares e milhares de companheiros incluindo setores petistas. Conseguiu furar o bloqueio da mídia, provocou a ira de FHC etc.

De outro lado, é inegável que o desempenho eleitoral foi muito fraco, fundamentalmente a votação para deputados (com algumas exceções como é o caso de Lindberg Farias). Saímos sem nenhum parlamentar eleito.

O resultado eleitoral não nos é indiferente. Mas ele não anula a tremenda, necessária e vitoriosa campanha que o partido realizou afirmando os primeiros passos num projeto ambicioso: o de unir a esquerda socialista em um grande e único partido revolucionário, em alternativa à adaptação institucional do PT e do PCdoB. Esta campanha foi um importante acumulo político para o futuro próximo.

E por futuro próximo queremos dizer que o novo desafio a ser encarado é ocupar a linha de frente na denúncia do governo e seu pacote, no chamado à mobilização dos trabalhadores e estudantes para derrotar o projeto neoliberal nas ruas. É neste terreno que serão colocados à prova os diferentes projetos políticos da esquerda brasileira.

Majoritários tiveram melhor votação

A votação do **PSTU** para os cargos proporcionais foi a mais baixa. Não se repetiu o fenômeno das eleições municipais de 1996, quando a legenda do partido recebeu uma expressiva votação (em torno de 1% dos votos e que nos permitiria hoje estar na bica para eleger deputados). Na nossa opinião, num primeiro estudo, este fenômeno não ocorreu essencialmente porque a avalanche do voto útil favoreceu amplamente o PT na reta final da campanha, incluindo aí os proporcionais e os candidatos de oposição (nomes conhecidos) com maior possibilidade de serem eleitos.

De outro lado, em relação a nossa votação geral os candidatos majoritários (senadores em primeiro lugar e depois governadores) foram os mais votados. Em linhas gerais (com algumas exceções, como Maranhão), as principais votações majoritárias do partido — ou para senador ou para governador — ocorreram nos estados onde o PT e ou o PCdoB abdicaram de ter candidatura própria em pelo menos um destes dois cargos. No Ceará, por exemplo, o candidato do PT ao Senado era...Paes de Andrade. O candidato do **PSTU**, Raimundão, chegou a 2,71% dos votos (proporcionalmente foi o candidato do partido mais votado no país).

Vale destacar que Zé Maria teve a sua melhor votação na região Nordeste, em alguns estados foi mais do que o dobro da sua média nacional. Zé Maria também teve uma votação superior a sua média em alguns estados onde o **PSTU** não apresentou candidatos majoritários como Bahia e Tocantins.

Nicinha Durans

Veja a votação

Região	Presidente	Governador	Senador	Deput. Federal	Deput. Estad.
Norte	15.798 (0,40%)	33.366	27.936	5.207	9.002
Nordeste	74.305 (0,48%)	87.690	152.571	22.915	32.036
Sudeste	75.740 (0,24%)	73.273	107.882	144.193	82.122
Sul	24.819 (0,21%)	46.088	50.051	9.864	11.079
Centroeste	11.951 (0,26%)	14.341	33.081	5.614	10.520
Total	202.613	254.758	371.521	187.793	144.759
Total (%)**	0,30 %	0,71 %	1,10 %	0,23 %	0,23 %

Alagoas

Cargo	Votos	%*
Presidente	1.385	0,19
Governador	2.473	0,37
Senador	3.252	0,49
Dep. Federal***	1.282	0,15
Dep. Estadual***	1.333	0,16

Amazonas

Cargo	Votos	%
Presidente	2.766	0,33
Governador	6.380	0,78
Senador	12.659	1,56
Dep. Federal	730	0,09
Dep. Estadual	--	--

Amapá

Cargo	Votos	%
Presidente	445	0,28
Governador	826	0,50
Senador	--	--
Dep. Federal	482	0,27
Dep. Estadual	282	0,18

Bahia

Cargo	Votos	%
Presidente	15.082	0,39
Governador	--	--
Senador	--	--
Dep. Federal	3.179	0,07
Dep. Estadual	2.820	0,07

Fonte: TSE
** Porcentagem calculada sobre os votos válidos*
***Porcentagem de governador, senador, deputado federal e dep. estadual calculada sob a base eleitoral dos estados onde o PSTU apresentou candidatos*
**** A votação de deputados é a soma de votos na legenda mais os votos nominais*

Ceará

Cargo	Votos	%
Presidente	9.135	0,34
Governador	18.238	0,73
Senador	62.450	2,71
Dep. Federal	3.346	0,12
Dep. Estadual	4.424	0,16

Maranhão

Cargo	Votos	%
Presidente	9.530	0,63
Governador	8.296	0,54
Senador	27.623	2,15
Dep. Federal	2.215	0,15
Dep. Estadual	1.301	0,08

Distrito Federal

Cargo	Votos	%
Presidente	826	0,09
Governador	1.842	0,18
Senador	1.401	0,15
Dep. Federal	1.358	0,14
Dep. Estadual	2.548	0,27

Mato Grosso do Sul

Cargo	Votos	%
Presidente	2.207	0,26
Governador	--	--
Senador	8.808	1,19
Dep. Federal	757	0,10
Dep. Estadual	685	0,08

Goiás

Cargo	Votos	%
Presidente	6.894	0,36
Governador	12.499	0,64
Senador	22.872	1,24
Dep. Federal	3.499	0,19
Dep. Estadual	7.287	0,37

Minas Gerais

Cargo	Votos	%
Presidente	29.688	0,39
Governador	25.484	0,37
Senador	52.237	0,87
Dep. Federal	9.547	0,14
Dep. Estadual	8.100	0,12

73 mil votos para Lindberg Farias

"Só mudo de microfone"

*Lindberg Farias falou ao **Opinião Socialista** sobre o seu resultado eleitoral*

Opinião Socialista – Como você encara esta situação de ter tido uma grande votação mas não ter sido eleito?

Lindberg – Acho que esta votação foi um grande sucesso, considero mesmo espetacular, principalmente porque ela mostra que há espaço para a política do PSTU, para uma saída socialista, para uma demarcação clara de campo de classe capaz de atrair milhares de trabalhadores e jovens.

Mas claro que foi uma injustiça a não eleição, fruto de uma legislação eleitoral desigual, que visa coibir a participação dos pequenos partidos, aqueles que têm ideologia firme e definida; a legislação favorece as coligações oportunistas, o vale-tudo para eleger e nisso nós não entramos.

E o que nos preocupa é que FHC quer vir agora com uma reforma política para aprimorar estas distorções. Por exemplo, eles querem impor o mecanismo da cláusula de barreira. No caso, partidos que não tiverem 5% dos votos podem perder a legalidade. Isso ataca partidos como o PSTU, o próprio PCdoB e quero lembrar que se no tempo da ditadura, nas eleições de 1982, existisse tal mecanismo, nem o PT teria conseguido sua legalidade.

O.S. — O que você tem a dizer a todos aqueles que te apoiaram?

Lindberg – O mesmo que eu disse numa assembléia dos trabalhadores da Cedae (companhia de água e saneamento do Rio) que me apoiaram maciçamente. Agradeci o voto e o apoio e disse que só estou mudando de microfone. Saio do microfone da Câmara e vou para os dos carros de som, para os das ruas, pois vamos estar nas lutas dos trabalhadores que virão. Eu sinceramente saio muito animado com a campanha do PSTU e faço dela uma balanço bastante positivo.

Luciana Araújo,
do Rio Janeiro

A votação de Lindberg Farias, como candidato do **PSTU**, representou uma vitória do mandato que esteve ao lado das lutas dos trabalhadores e da juventude. Os 73.791 votos de Lindberg expressaram também o sucesso de uma campanha que centrou fogo na denúncia do governo FHC, suas reformas e nas maracutaias feitas na Câmara e no Senado.

No entanto, mesmo sendo o 22º mais votado do estado do Rio de Janeiro, o candidato do **PSTU** não foi eleito. O estado elege 46 parlamentares para a Câmara Federal. Houve 25 deputados federais eleitos com menos votos que Lindberg.

Isso não ocorre à toa. O sistema eleitoral brasileiro é extremamente antidemocrático e desigual. A legislação eleitoral em vigor estabelece um mínimo de oito deputados federais por estado e um percentual a mais proporcional à população. Como a proporcionalidade não é direta, uma parte dos eleitores dos grandes estados fica sem representação. E nos estados menores, o número de deputados é inúmeras vezes superior à proporcionalidade populacional. Isso faz com que um deputado para se eleger no Acre, por exemplo, precise de 5 mil votos, enquanto um candidato para torna-se parlamentar no Rio precisa de mais de 100 mil votos ou, no caso de São Paulo, mais de 200 mil.

Como se não bastasse, pela lógica da legislação eleitoral que exige um alto coeficiente eleitoral aos partidos para eleger deputados, a maioria dos partidos caem na negociata das coligações oportunistas para, a todo custo, conseguirem um parlamentar. O pior é que o governo prepara agora uma reforma política que vai no sentido de tornar ainda mais autoritária a legislação política-eleitoral.

Mas isso de forma alguma nos abate. Lindberg Farias e o **PSTU** continuarão à frente das lutas. Continuaremos a chamar os trabalhadores e a juventude às ruas para que, tal como no Fora Collor, possamos derrotar o projeto neoliberal.

do PSTU no país

Rio Grande do Sul

Cargo	Votos	%
Presidente	9.454	0,19
Governador	--	--
Senador	24.642	0,54
Dep. Federal	7.071	0,14
Dep. Estadual	5.824	0,12

Sergipe

Cargo	Votos	%
Presidente	3.279	0,52
Governador	12.064	1,84
Senador	9.607	1,52
Dep. Federal	3.265	0,53
Dep. Estadual	8.804	1,28

Pará

Cargo	Votos	%
Presidente	8.948	0,50
Governador	26.160	1,51
Senador	15.277	0,92
Dep. Federal	3.995	0,25
Dep. Estadual	8.720	0,52

Pernambuco

Cargo	Votos	%
Presidente	13.966	0,49
Governador	17.722	0,63
Senador	20.349	0,80
Dep. Federal	4.632	0,16
Dep. Estadual	11.037	0,37

Rio de Janeiro

Cargo	Votos	%
Presidente	8.319	0,12
Governador	18.756	0,29
Senador	18.954	0,31
Dep. Federal	85.893	1,19
Dep. Estadual	20.114	0,29

Acre

Cargo	Votos	%
Presidente	655	0,34

Espírito Santo

Cargo	Votos	%
Presidente	2.631	0,21

Paraíba

Cargo	Votos	%
Presidente	10.039	0,70
Governador	9.244	0,85
Senador	--	--
Dep. Federal	2.537	0,21
Dep. Estadual	734	0,06

Piauí

Cargo	Votos	%
Presidente	7.336	0,19
Governador	11.529	0,37
Senador	14.657	0,49
Dep. Federal	1.041	0,15
Dep. Estadual	584	0,16

Santa Catarina

Cargo	Votos	%
Presidente	5.253	0,21
Governador	24.330	1,00
Senador	25.409	1,12
Dep. Federal	2.793	0,11
Dep. Estadual	2.401	0,09

Mato Grosso

Cargo	Votos	%
Presidente	2.024	0,22

Rondônia

Cargo	Votos	%
Presidente	1.232	0,25

Paraná

Cargo	Votos	%
Presidente	10.112	0,24
Governador	21.758	0,56
Senador	--	--
Dep. Federal	--	--
Dep. Estadual	2.854	0,07

Rio Grande do Norte

Cargo	Votos	%
Presidente	4.553	0,44
Governador	8.124	0,73
Senador	14.633	1,42
Dep. Federal	1.418	0,18
Dep. Estadual	999	0,09

São Paulo

Cargo	Votos	%
Presidente	35.102	0,22
Governador	29.033	0,17
Senador	36.691	0,24
Dep. Federal	48.753	0,30
Dep. Estadual	53.908	0,34

Roraima

Cargo	Votos	%
Presidente	75	0,06

Tocantins

Cargo	Votos	%
Presidente	1.687	0,42

POLÊMICA *Dirigentes do PT querem partido ainda mais moderado*

"Terceira via": uma nova moda está chegando ao PT

Bernardo Cerdeira,
da redação

Inegavelmente o PT cresceu na reta final das eleições. Aumentou (embora não muito) o seu número de deputados (de 50 para 56) e senadores (de 5 para 7), elegeu o governador do Acre e vai para o segundo turno em 3 estados.

Mas o fenômeno interno mais significativo é o crescimento da chamada "direita do PT": José Genoíno, deputado mais votado do país com mais de 300 mil votos, é um exemplo claro deste fenômeno. Publicações burguesas como *Veja* (14/10/98) já saúdam esse "*PT que tem votos*" por ser mais palatável à classe média, e prevê "*um futuro...cada vez menos vermelho e cada vez mais cor-de-rosa para o PT*".

Esse crescimento da direita vai de encontro à política de Lula de criar "um novo PT". Essa orientação recebeu um impulso importante com a aliança eleitoral com Brizola, Requião e Arraes.

Agora já se fala inclusive na possibilidade de criação de um novo partido, unificando PT, PDT e outros. Verdade ou não, o certo é que o PT vem passando por transformações profundas, num processo estimulado por sua direção, no sentido de eliminar qualquer traço de classismo ou de consciência socialista dentro do partido.

O "novo PT" seria um partido que se aproximaria da chamada "terceira via", expressão lançada pelo atual primeiro-ministro trabalhista inglês, Tony Blair, para denominar a social-democracia "renovadora", ou seja, de "direita" (que redundância!) que aceita vários postulados do neoliberalismo. Por aqui, José Genoíno aponta claramente essa tendência: *"Temos que nos aliar à esquerda contemporânea. O mundo esta sinalizando para a 'terceira via'."*, declarou ele à *Veja*.

O problema está no que significa essa famosa "terceira via". Trata-se basicamente de um setor da social-democracia que defende, explicitamente como progressivos, os pontos centrais das políticas neoliberais: privatizações; ataques às conquistas dos trabalhadores; redução do papel do Estado através da privatização dos serviços públicos, etc.

A própria *Veja* lembra bem que os governos da chamada "terceira via", *"não hesitam em implementar políticas 'neoliberais', como a redução do estado do bem-estar social e a privatização de mastodônticas empresas estatais"*.

O problema é que esses são os pontos neurálgicos do ataque do neoliberalismo à classe trabalhadora mundial, que procura essencialmente aumentar a exploração através da eliminação de conquistas sociais e do sucateamento dos serviços públicos.

Max Pinto

Brizola e Lula durante campanha eleitoral

Social-democracia quer reformar... o FMI

Numa entrevista na mesma edição da revista *Veja*, o ministro Tony Blair, ao falar sobre como os países devem enfrentar a crise, afirmou: "*...devemos garantir que serão evitadas as políticas erradas adotadas no passado em épocas de turbulência global. Não pode acontecer uma recaída no protecionismo. Países que tomarem atitudes unilaterais em relação as suas dívidas, em lugar do caminho da reforma e da cooperação, não estarão fazendo um favor a si mesmos.*"

O recado de Blair é claro: trata-se de uma clara advertência aos países devedores, para que não deixem de pagar suas dívidas externas. Essa declaração mostra bem o papel que cumpre a "terceira via": em essência, são fiéis funcionários do capitalismo neoliberal, ou seja, das multinacionais e dos governos imperialistas.

Mas esse setor da social-democracia tem uma outra função política. Através dos seus apelos à "justiça social" a "terceira via" tenta mascarar todos os horrores da política neoliberal. Mais do que isso, Blair diz que a globalização foi o motor do crescimento, mas para que continue "*deve ser acompanhada de mais transparência, responsabilidade e supervisão do mercado financeiro internacional*". Ou seja, para Blair o sistema capitalista na sua fase neoliberal não seria o responsável pela crise monstruosa que destrói riquezas e que joga na miséria e na fome centenas de milhões de trabalhadores ao redor do mundo. A culpa seria da "*ausência de regras de mercado numa economia global, com grande fluxo de capitais*".

Blair resume a "terceira via" da seguinte maneira: "*O mundo está mudando numa velocidade nunca vista. É como se o capitalismo tivesse descoberto sua própria versão da revolução permanente... Temos três alternativas a escolher. Resistir à mudança - inútil. Deixar acontecer, o laissez-faire - cada um por si, cada país por si. Ou uma terceira via: administrar juntos as mudanças.*"

Nesse sentido, o de administrar o capitalismo junto com a burguesia imperialista, Blair chega a propor mudanças no FMI, organismo econômico máximo do imperialismo e impulsionador da política neoliberal. Não no sentido de acabar com a revoltante ditadura econômica que essa instituição exerce sobre os países explorados, mas com o objetivo de buscar administrar melhor a crise do capitalismo para as diferentes frações da burguesia. **(B.C.)**

Ajustar o capitalismo?

A "terceira via" vem crescendo eleitoralmente e muito, principalmente na Europa. Recentemente conseguiu um importante êxito com a vitória da social-democracia nas eleições parlamentares da Alemanha, elegendo Gerhard Schroeder como novo primeiro-ministro do país.

Os partidos social-democratas dominam 13 dos 15 países membros da União Européia.

No entanto a "terceira via" está presa numa contradição de ferro: como administrar a crise do capitalismo se é impossível conter o seu principal problema, a voracidade incontrolável dos capitais especulativos, que vêm lançando no abismo país após país?

Esse também é o dilema do PT: ao avançar cada vez mais no caminho da "terceira via", e provavelmente crescer eleitoralmente ao construir uma imagem mais aceitável para a classe média, o partido se compromete cada vez mais com uma política de pequenos ajustes no capitalismo neoliberal. O que significa, nesse momento, comprometer-se com sua monumental crise. (B.C.)

ALEMANHA *Novo governo da social-democracia vai manter "ajustes"*

Ponto final na era Kohl

Clara Paulino,
de São Paulo

Em 27 de setembro os alemães colocaram um ponto final aos 16 anos de governo do chanceler (primeiro-ministro) Helmut Kohl, da União Democrata-Cristã (CDU), o principal partido da burguesia imperialista alemã. O primeiro-ministro foi derrotado nas eleições parlamentares nas quais saiu eleito Gerhard Fritz Kurt Schroeder, do Partido Social-Democrata (SPD).

O partido de Schroeder venceu com 41% dos votos, enquanto o de Kohl obteve 35%. Do pleito também participaram o Partido Verde, que conquistou 6,6% do eleitorado — e que pode vir a compor com a social-democracia para garantir ao novo governo maioria absoluta no parlamento alemão —, o Partido Democrata, que obteve 6%, o Partido do Socialismo Democrático (ex-comunista), que atingiu 5% e quatro outros partidos de extrema direita, que não conseguiram os 5% necessários para ingressar no Bundestag (o parlamento alemão).

Alemães repudiaram nas urnas política de cortes sociais e desemprego

O fim da era Kohl reflete a insatisfação dos alemães com a política que o chanceler conduziu o país nos últimos anos. Principal impulsionador da unificação econômica e monetária da Europa e da implantação do euro (moeda única européia), Kohl submeteu os alemães aos rígidos critérios do Tratado de Maastricht, que impõe severos cortes sociais como condição para o país compor a União Européia. Os alemães também deram um voto contrário à política econômica do chanceler que elevou o desemprego para quatro milhões de trabalhadores.

Foi sob o seu governo que a Alemanha foi unificada e Kohl soube como politicamente tirar proveito da derrubada do Muro de Berlim. Porém, nos anos que se seguiram, os alemães orientais, que sonhavam com as "maravilhas" da economia de mercado da ex-Alemanha Ocidental, frustaram-se com a nova realidade. São 60 milhões de alemães na parte Ocidental e 16 milhões na Oriental. A média nacional de desemprego é de 10,9%, porém este índice sobe para 17% no lado Oriental. Não à toa foram os alemães do leste os principais responsáveis pela derrota de Kohl.

O novo primeiro-ministro da Alemanha, o social-democrata Schroeder, venceu as eleições fazendo as promessas que os alemães gostariam de ouvir. Schroeder, que ocupa um cargo na direção da maior empresa alemã, a Volkswagen, prometeu combater o desemprego, diminuir os impostos para aqueles que têm menor renda e retornar o pagamento das pensões cortadas por Kohl no ano passado.

Schroeder, porém, não escondeu durante a campanha que não romperá com a política de cortes sociais já iniciada por Kohl. Apesar de toda adaptação histórica da social-democracia à ordem capitalista, Schoreder trabalhou ainda mais para avançar na "revisão ideológica" de seu partido. Esse trabalho aproximou as plataformas eleitorais da social-democracia e do partido de Kohl, o que facilitaria a montagem de uma eventual coalizão de governo. As plataformas eleitorais coincidiam, por exemplo, na manutenção dos ajustes na economia alemã para credenciar o país a compor a União Européia.

A social-democracia vencedora na Alemanha, como a que governa a França e a Inglaterra, apesar de seu discurso com verniz socialista, não será uma ruptura com o neoliberalismo. Como declarou o grande escrito português e vencedor do Nobel de Literatura deste ano, José Saramago: "*esse socialismo que triunfa na Europa não é legítimo. Trata-se de um socialismo de cor liberal*" (*Folha de S.Paulo* 9/10/98).

Fotos: Reuters

Kohl, hora de ir embora. Schroeder (à direita) deverá enfrentar mais protestos contra desemprego e cortes

Conquistas estão ameaçadas

Schroeder afirma que vai promover a versão germânica das reformas ocorridas no trabalhismo britânico. No lugar da estatização, apoia à iniciativa privada. Em vez de apoio aos sindicatos, busca a acomodação entre entidades patronais e de trabalhadores. Para consolidar sua imagem de "centrista", Schoeder apareceu, durante a campanha eleitoral, com seu principal conselheiro econômico, Jost Stollmann, um empresário milionário, considerado o Bill Gates alemão. Em troca do apoio recebido de Stollmann, Schroeder o tornará ministro da economia.

Uma semana antes do resultado eleitoral, Jost Stollmann afirmou que o sistema alemão de seguridade social é "uma prisão". Traduzindo a mensagem: é preciso diminuir os serviços oferecidos pela rede estatal.

Mas não será tarefa das mais simples desmontar as conquistas sociais dos trabalhadores alemães. Por exemplo, o seguro-saúde é completo, o sistema previdenciário sempre garantiu uma aposentadoria de 70% do salário líquido que o trabalhador recebia antes de se aposentar. Em 1997, no entanto, esse valor foi reduzido por Kohl para 64%. (C.P.)

"Estrangeiros demais no país"

Além do desemprego, outro problema que domina a Alemanha é a situação dos imigrantes. Eles são mais de 8 milhões ou 10% da população e seus descendentes não tem direito a cidadania alemã.

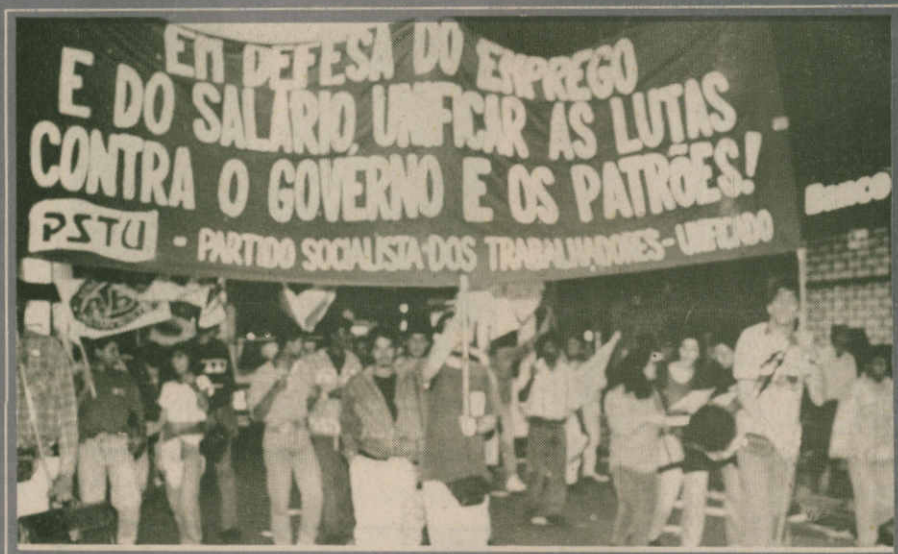
A lei de cidadania do país, que está em vigor desde 1913, garante nacionalidade somente por laços sangüíneos e não pelo local de nascimento. Quer dizer, só pessoas de pais alemães têm direito à cidadania. Cerca de 25% dos estrangeiros residentes nasceram em território alemão, mas não são considerados alemães.

A maior comunidade de imigrantes é turca, com 2,3 milhões de pessoas. Nos anos 60 e 70, a Alemanha teve um "boom" econômico, processo de recuperação depois da destruição provocada pela Segunda Guerra Mundial, e precisou de mão-de-obra. À época, o país permitiu a entrada dos turcos para trabalharem nos serviços considerados não qualificados. Hoje, no entanto, com a alta taxa de desemprego, a discriminação sobre os turcos chega a ponto deles serem assassinados por grupos de extrema direita. Segundo dados de uma pesquisa realizada em setembro, cerca de 52% dos alemães acham que há "estrangeiros demais no país".

Durante o processo eleitoral, pesquisas indicavam que cerca de 70% dos 160 mil eleitores de origem turca aptos a votar pretendiam dar seu voto para o partido de Schroeder. Isso aconteceu pelo fato do novo chanceler prometer durante sua campanha defender uma nova lei de nacionalidade, mais favorável aos imigrantes. **(C.P.)**

Contra Burguês, na luta outra vez!

O Opinião Socialista ouviu dois dos muitos candidatos que o PSTU apresentou pelo país: -- Raimundão, trabalhador da construção civil e candidato a senador no Ceará que obteve 62.450 votos, totalizando 2,71% dos votos válidos. -- Cacilda Pinto, trabalhadora do judiciário, candidata a governadora do Pará que obteve 25.180 votos.

Eles nos falam um pouco de suas campanhas e de como estão fazendo um chamando aos companheiros que apoiaram o PSTU a se incorporarem na construção do partido.

"Não vamos parar nas eleições"

Raimundão

"A partir dessas eleições nós entramos numa nova etapa da construção do PSTU. Muitas pessoas têm se interessado pelo nosso partido. Nós estamos mais credenciados para apresentar uma saída anticapitalista perante as massas, mas precisamos da ajuda desses milhares de trabalhadores que nos apoiaram e estiveram conosco na campanha.

Além de Fortaleza, eu estive em várias cidades do interior, participei de debates, programas de rádio e agora nosso horizonte é a ampliação do partido de modo a fortalecer a luta dos trabalhadores. Nós não vamos parar nas eleições: -- eu tenho discutido com os companheiros e explicado que o PSTU é um partido diferente dos demais. Agora nós estamos chamando os companheiros que nos apoiaram nos canteiros de obras, nos bairros, nas escolas, a construírem esse partido conosco, um partido contra a burguesia, onde quem tem vez é trabalhador. Neste momento nós temos visitado muitos companheiros nas suas casas, chamando-os a entrarem no PSTU para lutar por uma sociedade sem explorados. Temos visitado de 30 a 40 companheiros toda a semana."

"De olho no futuro"

Cacilda Pinto

A grande novidade dessas eleições para nós do Pará veio de setores do PT que nos apoiaram durante a campanha. E agora há a possibilidade de uma parte desses se dispor a construir conosco o PSTU. É o caso de petistas de Ananindeua, cidade na região metropolitana de Belém onde vivem muitos trabalhadores, que além de assinarem o manifesto apoiando nossa candidatura, agora estão aderindo ao PSTU. Também foi importante a aproximação que tivemos com setores do MST como no assentamento 17 de Abril em Eldorado dos Carajás no sul do Estado. Estas eleições serviram para avançar na unificação da esquerda socialista no Pará. O PSTU se constrói hoje de olho no futuro. Queremos que os trabalhadores e a juventude venham para o nosso partido e sejam parte deste grande projeto que é unificar o conjunto da esquerda socialista proporcionando uma ferramenta para que a nossa classe se liberte da exploração do capitalismo.

Aqui você encontra o PSTU

Sede nacional: Rua Jorge Tibiriçá, 238 - Saúde - São Paulo - tel. (011) 549-9699 / 575-6093

Alagoinhas (BA): Rua Anézio Cardoso - Ed. Azi sala 105

Aracajú (SE): Av. Pedro Calazans, 491 sala 105

Belém (PA): Travessa 3 de Maio, 1807 São Brás - tel. (091) 249-1639

Belo Horizonte (MG): Rua Carijós, 121, s. 201 - tel. (031) 274-2516 E-mail: pstumg@net.em.com.br

Brasília (DF): SDS Ed. CONIC - Sobreloja 21 - tel. (061) 225-7373

Curitiba (PR): Rua XV de Novembro, 297 - 3º andar - sala 312 - Centro tel. (041) 324-7170

Diadema (SP): Av. Alda, 48 - sala 21 Centro - Tel. 4066-5243

Florianópolis (SC): Av. Hercílio Luz, 820 - Centro

Fortaleza (CE): Av. da Universidade 2333 - Centro - tel. (085) 221-3972

Franco da Rocha (SP): Rua Benedito Fagundes Marques, 215 - tel 572-5416

Goiânia (GO): tel. (062) 225-6291

Macapá (AP): Av. Presidente Vargas, 2652 - Bairro Sta. Rita

Maceió (AL): Rua Inácio Calmon, 61 - Poço

Manaus (AM): Rua Emílio Moreira 821- Altos Centro - tel. (092) 234-7093

Natal (RN): Av. Rio Branco 815 - Centro - E-Mail: psturn@loja.net

Osasco (SP): Rua Maria Campos, 264 Sala 2

Ouro Preto (MG): Rua São José, 121 Ed. Andalécio sala 304 - Centro

Passo Fundo (RS): Rua Teixeira Soares, 2063

Porto Alegre (RS): Rua Salgado Filho, 122 - Cjto. 51 - Centro

Recife (PE): Rua Leão Coroado, 20 1º andar - B. da Boa Vista - tel. (081) 222-2549

Ribeirão Preto (SP): tel. (016) 637-7242

Ribeirão Pires (SP): Av. Santo André, 345 - sala 1 - tel. (011)4823-3076 Bip: 866-4666, Código: 1025092

Rio de Janeiro (RJ): Travessa Dr. Araújo, 45 - Pça da Bandeira - tel. (021) 293-9689

Santo André (SP): Av. Queiróz Filho, 1175 - sala 3 - Vila Humaitá

São Bernardo do Campo (SP): Rua João Ramalho, 64

São José dos Campos (SP): Rua Mario Galvão, 189 - Centro - tel. (012) 341-2845

São Leopoldo (RS): Rua São Caetano, 53

São Luís (MA): tel. (098) 246-3071

São Paulo (SP): Rua Nicolau de Souza Queiroz 189-Paraíso - tel. (011) 572-5416 - E-Mail: pstu.sp@uol.com.br

Teresina (PI): Rua Olavo Bilac, 1705 Centro Sul - tel. (086) 221-0441

O endereço da nossa home page é: www.pstu.home.ml.org

Nosso E-Mail é: pstu@uol.com.br

PSTU

Jornal Quinzenal

Endereço:
Rua Jorge Tibiriçá, 238
Saúde - São Paulo
CEP 04126-000

PORTE PAGO
DR/SP
PRT/SP 7168/92